

A inserção feminina no mercado de trabalho da RMPA

De maneira geral, as mulheres enfrentam grandes dificuldades no mercado de trabalho, haja vista que ainda representam mais de metade da população desempregada e, quando ocupadas, percebem menores rendimentos do que homens.

Não obstante esse tipo de abordagem já ter sido recorrentemente apresentada nos mais diversos estudos, o presente boletim pretende contribuir para a investigação das mulheres mais escolarizadas no mercado de trabalho, uma vez que os indicadores apontam para o fato de, a maiores níveis de escolarização, corresponder uma participação maior das pessoas nesse mercado. Outra questão relevante é que enquanto os trabalhadores com menor escolarização tendem a se deparar com relações mais precárias de trabalho (assalariamento sem carteira e o trabalho autônomo, por exemplo), os de nível superior ocupam postos de trabalho mais formalizados, especialmente no setor público.

Dessa forma, esse Boletim objetiva observar os efeitos da elevação da escolaridade feminina na sua inserção no mercado de trabalho, a partir da base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), no período 2000-2010.

O texto está estruturado em duas partes, além dessa introdução. Na primeira parte, são apresentados os principais indicadores de inserção das mulheres no mercado de trabalho com seus resultados para o ano de 2010. Na segunda parte, ainda sob a ótica de gênero, são examinados esses indicadores segundo o nível de escolarização da população feminina, contrapondo as mulheres com instrução superior e aquelas que possuem até o superior incompleto.

1. Principais Resultados de 2010

De acordo com informações da PED-RMPA, o mercado de trabalho regional apresentou desempenho positivo em 2010, retomando o movimento favorável que caracterizou os anos que precederam a crise de 2009. A ocupação cresceu 3,4%, enquanto, em 2009, se havia elevado 1,3%. Essa alta do nível ocupacional, combinada com uma modesta elevação da População Economicamente Ativa (PEA), determinou queda expressiva da taxa de desemprego total, que atingiu o patamar mais baixo da série histórica da Pesquisa (8,7%). O rendimento médio real dos ocupados, por seu turno, apresentou importante elevação, de 4,1%, mantendo a trajetória de ascendente iniciada em 2005. Esses movimentos impactaram favoravelmente a força de trabalho tanto feminina quanto masculina.

Para a população feminina foram gerados 27 mil postos de trabalho, reduzindo o contingente de desempregadas. Movimento semelhante foi observado para o segmento masculino – Tabela A.

Tabela A

Estimativa da População Economicamente Ativa, das populações ocupada e desempregada, e taxas de participação e desemprego, segundo o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre - 2009 e 2010

CONDIÇÕES DE ATIVIDADE E TAXAS DE PARTICIPAÇÃO E DESEMPREGO	2009			2010			Variação Absoluta 2010/2009		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
População Economicamente Ativa	2.016	1.080	936	2.030	1.094	936	14	14	0
Ocupados	1.792	982	810	1.853	1.016	837	61	34	27
Desempregados	224	98	126	177	78	99	-47	-20	-27
Taxa de Participação (%)	58,1	66,5	50,7	57,7	66,4	50,0	-	-	-
Taxa de Desemprego (%)	11,1	9,1	13,5	8,7	7,1	10,6	-	-	-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, RMPA, SEADE e DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Estimativas em 1.000 pessoas.

A incorporação feminina na População Economicamente Ativa regional sofreu retração. A Taxa de Participação desse segmento populacional passou de 50,7% da População em Idade Ativa (PIA) feminina, observada em 2009, para os 50,0% atuais, o que contrasta com a tendência registrada nas últimas décadas. Entre os homens, esse indicador manteve-se praticamente inalterado, passando de 66,5% da PIA masculina em

2009 para 66,4% no ano em análise. O contingente de mulheres economicamente ativas ficou estimado em 936 mil pessoas em 2010.

A retração da participação feminina, verificada no último ano, ocorreu, todavia, em um ambiente positivo criado pela expansão do nível ocupacional que provocou a redução da taxa de desemprego. Para as mulheres, o incremento ocupacional (3,3%) foi menor que o registrado para os homens (3,5%). Já a taxa de desemprego das mulheres diminuiu mais que a dos homens, passando de 13,5% da PEA feminina para 10,6%, entre 2009 e 2010. No período em questão, a taxa de desemprego masculina diminuiu de 9,1% da PEA masculina para 7,1%.

O incremento ocupacional foi observado em quase todos os setores de atividade econômica, com destaque para o da indústria, cujo contingente ocupado feminino apresentou importante crescimento de 7,1%, enquanto o do segmento masculino foi inferior (4,4%). No comércio, da mesma forma, o impacto foi mais favorável para a força de trabalho feminina: houve redução do contingente masculino em 0,6%, enquanto o feminino foi ampliado em 4,3%. O setor serviços apresentou crescimento idêntico em ambos os segmentos populacionais (3,2%), enquanto os serviços domésticos, reduto feminino por excelência, tiveram uma redução de 3,9% no número de mulheres ocupadas.

É importante mencionar que os serviços domésticos ainda guardam certo grau de precariedade e vulnerabilidade e que sua redução associada ao crescimento da ocupação feminina em outros setores de atividade, especialmente no emprego industrial, via de regra mais formalizado, pode ser considerado um aspecto positivo do desempenho do mercado de trabalho regional no último ano.

Ademais, as ocupações geradas em 2010 ocorreram, sobretudo, no assalariamento do setor privado com carteira de trabalho assinada: crescimento de 8,5% no contingente assalariado feminino e de 5,6% no masculino. Dentre as demais modalidades de inserção ocupacional, cabe destacar-se a redução de 4,2% no volume de mulheres autônomas e de 3,9% entre as empregadas domésticas. No emprego doméstico, chama a atenção o comportamento inverso ocorrido entre seus dois componentes: foi observado um recuo substancial no contingente de empregadas domésticas mensalistas (-10,5%), ampliando em 10,0% o de diaristas.

Em 2010, o rendimento médio real por hora apresentou variação positiva tanto para os homens quanto para as mulheres. O valor auferido pelas mulheres passou de R\$6,33 para R\$6,57, enquanto o dos homens passou de R\$7,58, em 2009, para R\$8,08 em 2010. Com esse desempenho mais favorável aos homens, a desigualdade de rendimentos entre os sexos aumentou. Em 2009, o rendimento médio real por hora auferido pelas mulheres correspondia a 83,5% do rendimento masculino. Já em 2010, essa proporção caiu para 81,4%.

2. A inserção no mercado de trabalho das mulheres com ensino superior completo nos anos 2000

A participação feminina no mercado de trabalho tem sido crescente ao longo das últimas décadas e relaciona-se, entre outras questões, a novas estratégias de sobrevivência familiar, à redução na taxa de fecundidade e à maior escolarização das mulheres. A escolarização tem sido um instrumento facilitador para as mulheres romperem as barreiras da discriminação e conquistarem seu espaço no mundo do trabalho remunerado.

Entre 2000 e 2010, o percentual dos trabalhadores com nível superior completo no mercado de trabalho da RMPA cresceu, passando de 10,1% da PEA para 14,9%. Embora tenha ocorrido ampliação da escolaridade para ambos os sexos, o ritmo de incorporação das mulheres com nível superior completo na força de trabalho foi mais intenso (de 11,8% para 17,6,%) do que o dos homens (de 8,8% para 12,6%) - Tabela B.

Contudo, são notáveis as diferenças na intensidade da inserção produtiva dentre as mulheres, que aumenta com a elevação do patamar escolar alcançado: enquanto o grupo feminino com ensino superior completo majoritariamente (75,8%) se engajava no mercado de trabalho, apenas 27,7% daquelas que contavam com até o ensino fundamental incompleto estavam no mercado de trabalho. No período em análise, no entanto, as taxas de participação das mulheres em todos os grupos de escolaridade tiveram redução, embora um pouco menor entre as mais escolarizadas.– Gráfico A.

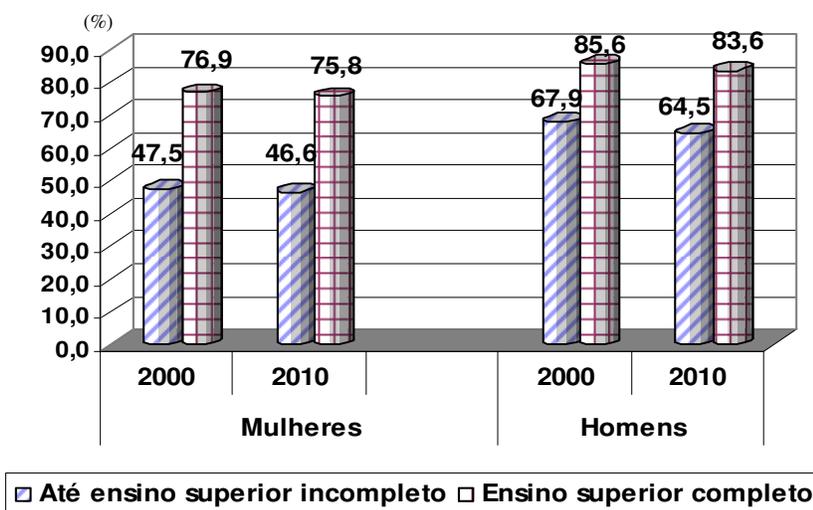
Tabela B
Distribuição da População Economicamente Ativa, segundo o nível de escolaridade e o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 e 2010

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	TOTAL		MULHERES		HOMENS	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até ensino superior incompleto	89,9	85,1	88,2	82,4	91,2	87,4
Analfabetos e ensino fundamental incompleto	39,9	23,4	36,5	20,9	42,6	25,6
Ensino fundamental completo e médio incompleto	21,6	20,6	21,0	19,1	22,1	21,9
Ensino médio completo e superior incompleto	28,4	41,1	30,8	42,4	26,5	39,9
Ensino superior completo	10,1	14,9	11,8	17,6	8,8	12,6

(%)

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Gráfico A
Taxa de participação, segundo o nível de escolaridade e o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 e 2010



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE e DIEESE - Apoio MTE/FAT.

2.1 Redução do desemprego favoreceu mais as mulheres com menos escolaridade na década

Independentemente do sexo, a obtenção do diploma de nível superior por parte dos trabalhadores diminuiu sensivelmente as chances de incidência do desemprego. De fato, as taxas de desemprego daqueles que tem educação de nível superior são sensivelmente menores do que as daqueles com escolaridade até superior incompleto.

Em 2010, 4,9% da PEA feminina com ensino superior estava desempregada, enquanto entre as mulheres com escolaridade até superior incompleto, esta taxa era de 11,8%.

No entanto, entre as mulheres com escolaridade até superior incompleto, a taxa de desemprego apresentou queda maior (de 21,5% em 2000, para 11,8% em 2010) frente às do segmento de nível superior (de 5,4% em 2000, para 4,9% no último). Esse comportamento desigual pode ser atribuído ao ritmo diferenciado entre o crescimento da escolarização da população feminina e o tipo de postos de trabalho que estão sendo gerados.

Tabela C
Taxa de desemprego, segundo nível de escolaridade e o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 e 2010

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	(%)					
	TOTAL		MULHERES		HOMENS	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Total	16,6	8,7	19,6	10,6	14,2	7,1
Até ensino superior incompleto	18,0	9,6	21,5	11,8	15,3	7,8
Analfabetos e ensino fundamental incompleto	19,2	9,0	21,5	11,2	17,6	7,5
Ensino fundamental completo e médio incompleto	21,1	12,7	26,3	16,4	17,2	9,9
Ensino médio completo e superior incompleto	14,1	8,3	18,2	10,1	10,1	6,8
Ensino superior completo	4,2	3,9	5,4	4,9	(1)	(1)

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

2.2 Ocupação cresce mais entre as mulheres com educação superior

Entre 2000 e 2010, o nível ocupacional feminino na RMPA cresceu 35,2%, impulsionado, sobretudo, pela absorção das mulheres de escolaridade mais elevada: para aquelas que contavam com até o ensino superior incompleto o crescimento foi de 27,6%, enquanto para as que haviam completado a educação superior foi de 82,6%. Para os homens, a ocupação ascendeu apenas 24,4%, portanto, aquém do observado pelas mulheres. Mas, assim como para as trabalhadoras, a ocupação cresceu mais para os mais escolarizados. Segundo nível de escolaridade, o incremento foi da ordem de 19,8% para os ocupados com até o ensino superior incompleto e de 65,4% para aqueles com ensino superior (Tabela D).

Tabela D
Índices do nível de ocupação, segundo o nível de escolaridade e o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 e 2010

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	TOTAL		MULHERES		HOMENS	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Total	100,0	129,0	100,0	135,2	100,0	124,4
Até ensino superior incompleto	100,0	123,1	100,0	127,6	100,0	119,8
Analfabetos e ensino fundamental incompleto	100,0	78,2	100,0	79,1	100,0	77,5
Ensino fundamental completo e médio incompleto	100,0	124,1	100,0	125,2	100,0	123,4
Ensino médio completo e superior incompleto	100,0	181,5	100,0	184,0	100,0	179,3
Ensino superior completo	100,0	174,3	100,0	182,6	100,0	165,4

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Os índices têm como base a média de 2000 = 100.

Nos últimos 10 anos, elevou-se a parcela de mulheres ocupadas com ensino superior completo de 13,8% para 18,7% do total de ocupadas. No mesmo período, movimentos semelhantes, mas em ritmo mais moderado, foram observados para os homens ocupados, fazendo a proporção daqueles com ensino superior completo passar de 9,9% para 13,2% do total de homens ocupados em 2010 – Tabela E.

Tabela E
Distribuição da população ocupada, segundo o nível de escolaridade e o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 e 2010

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	TOTAL		MULHERES		HOMENS	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até ensino superior incompleto	88,4	84,3	86,2	81,3	90,1	86,8
Analfabetos e ensino fundamental incompleto	38,6	23,3	35,6	20,8	40,9	25,5
Ensino fundamental completo e médio incompleto	20,4	19,7	19,2	17,8	21,4	21,3
Ensino médio completo e superior incompleto	29,3	41,2	31,3	42,6	27,8	40,1
Ensino superior completo	11,6	15,7	13,8	18,7	9,9	13,2

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

A elevação do nível educacional, em particular o acesso ao diploma de ensino superior, parece contribuir pouco para diversificar a estrutura setorial da ocupação feminina na RMPA. Em 2010, entre as trabalhadoras que não haviam concluído a etapa universitária, prevalecia a inserção nos serviços (50,8%), acompanhando a tendência

geral da ocupação urbana. Contudo, também era intensa a proporção de mulheres no comércio (19,6%) e na indústria que, embora substancialmente inferior à identificada para os homens, concentrava 14,2% dessas trabalhadoras (Tabela F).

Já entre as mulheres que concluíram o ensino superior, uma maioria expressiva estava ocupada no setor serviços (86,7%). Esse setor, além da administração pública, dos serviços creditícios e financeiros, auxiliares e especializados, abarca ramos profissionais de reconhecida prevalência da força de trabalho feminina, caso da saúde, educação e dos serviços comunitários.

Tabela F
Distribuição dos ocupados com ensino superior completo e até ensino superior incompleto, segundo o setor de atividade e o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 e 2010

SETORES DE ATIVIDADE	(%)					
	TOTAL		MULHERES		HOMENS	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Ensino superior completo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	8,9	8,6	5,5	5,5	12,4	12,2
Comércio	7,0	7,2	5,9	7,0	8,2	7,4
Serviços	81,8	82,6	87,4	86,7	75,9	77,8
Construção civil	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Outros (2)	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Até ensino superior incompleto	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	21,2	18,6	16,7	14,2	24,5	22,0
Comércio	17,2	18,5	17,1	19,6	17,3	17,7
Serviços	46,8	49,1	46,4	50,8	47,1	47,8
Construção civil	5,8	6,9	(1)-	(1)-	9,8	11,8
Outros (2)	9,0	6,9	19,6	14,9	1,3	0,7

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria. (2) Inclusive os serviços domésticos e os demais setores de atividade.

Na última década, ante a conjuntura econômica favorável, houve substancial elevação da ocupação no setor privado com carteira de trabalho assinada e, secundariamente, no setor público. A expansão dessas inserções, que contam com direitos consagrados pela legislação laboral do País, favoreceu ambos os sexos, todavia de modo diferenciado segundo níveis de escolaridade (Tabela G).

Tabela G
Distribuição dos ocupados com ensino superior completo e até superior incompleto, segundo a posição na ocupação e o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 e 2010

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	TOTAL		MULHERES		HOMENS	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariado (1)	65,0	70,1	71,2	74,2	58,4	65,4
Setor privado	32,2	35,6	31,0	34,3	33,5	37,2
Com carteira assinada	28,8	32,1	27,8	31,4	29,8	33,0
Sem carteira assinada	3,4	3,5	(2)-	(2)-	(2)-	4,1
Setor público	32,8	34,5	40,2	39,9	25,0	28,2
Autônomo	6,7	5,3	5,4	4,6	8,1	6,0
Trabalha para o público	2,6	2,6	(2)-	(2)-	(2)-	(2)-
Trabalha para empresas	4,1	2,7	(2)-	(2)-	5,9	(2)-
Demais (3)	28,3	24,6	23,4	21,2	33,4	28,6
ATÉ ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariado (1)	62,2	69,7	57,2	66,9	65,9	71,9
Setor privado	53,1	61,7	46,9	57,6	57,7	64,8
Com carteira assinada	43,3	52,4	38,5	48,9	46,8	55,1
Sem carteira assinada	9,8	9,3	8,4	8,7	10,9	9,7
Setor público	9,0	8,0	10,3	9,3	8,1	7,0
Autônomo	20,1	16,6	15,2	12,7	23,6	19,6
Trabalha para o público	13,5	12,5	10,6	10,1	15,6	14,4
Trabalha para empresas	6,6	4,1	4,6	2,6	8,0	5,2
Demais (3)	17,7	13,7	27,6	20,4	10,5	8,5

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Inclusive aqueles que não informaram o segmento em que trabalham. (2) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria. (3) Inclusive os empregadores, os empregados domésticos, e/ou benefício, os donos de negócio familiar, os profissionais universitários autônomos, etc.

Notadamente, o emprego registrado em carteira gerado por empresas privadas foi ampliado de forma mais expressiva para trabalhadores com escolaridade até o superior incompleto. Entre as mulheres assalariadas, a parcela com esse nível educacional representava 38,5% da ocupação feminina em 2000, aumentando para 48,9% em 2010. Entre os homens, o segmento com até superior incompleto passou de 46,8% da ocupação masculina para 55,1% no período analisado, um crescimento relativo inferior ao ocorrido entre as mulheres.

Para aqueles com escolaridade de nível superior, a importância do emprego no setor privado com carteira assinada mostrou crescimento menos intenso. No caso das

mulheres mais escolarizadas, o assalariamento regulamentado no setor privado, que absorvia 27,8% delas, em 2000, passou a representar 31,4% das mulheres ocupadas em 2010. Sob a ótica de gênero, o crescimento do assalariamento regulamentado, para esse nível de escolaridade, foi mais intenso para as mulheres, o que alterou a distribuição por sexo dessa modalidade de inserção: as mulheres passaram a ser maioria entre os assalariados de nível superior no setor privado com contrato registrado em carteira (50,5%).

O desempenho positivo do setor privado da economia, contudo, não foi suficiente para alterar a relevância do emprego público para a inserção profissional das mulheres mais escolarizadas, embora este último tenha passado a absorver um percentual ligeiramente inferior em 2010 (39,9%) ao observado em 2009 (40,2%). Em geral, o acesso às carreiras públicas, pela via de concursos que exigem o diploma universitário, em funções associadas ao papel do Estado no provimento de assistência social, saúde e educação às suas populações, explica estatisticamente esses percentuais. Essa tendência, contudo, encontra razões particulares no fato, ainda prevalente, de que o lugar das mulheres no mundo público do trabalho, mesmo quando agregam conhecimento a determinadas atividades, reproduz atribuições moldadas no âmbito privado da organização familiar.

2.3 Diferencial de rendimentos entre os sexos diminuiu para mulheres menos escolarizadas

De acordo com os dados da PED, as mulheres auferem rendimentos inferiores aos dos homens, ainda que possuam o mesmo nível de escolaridade, a mesma forma de inserção ocupacional e estejam inseridos no mesmo setor de atividade econômica. No mercado de trabalho assalariado com carteira assinada, por exemplo, as mulheres e os homens com nível superior percebiam, em 2010, R\$ 15,90/hora e R\$ 23,25/hora, respectivamente.

No último ano, o rendimento médio real mensal das ocupadas com ensino superior completo era de R\$2.666, enquanto o das mulheres com escolaridade mais baixa ficou em R\$837. Essa desigualdade, atribuída, via de regra, a diferenciais de

complexidade e produtividade das atividades desenvolvidas pelos dois segmentos de trabalhadoras, era ainda maior quando considerada a remuneração auferida por hora. Sob esse critério, devido às jornadas menores das ocupadas com ensino superior, esses ganhos equivaliam, a R\$4,89 e R\$16,39 respectivamente – Tabela H.

Tabela H
Estimativa dos rendimentos médios reais mensais e por hora e da jornada semanal média de trabalho dos ocupados, segundo o nível de escolaridade e o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 e 2010

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	RENDIMENTO MENSAL			JORNADA SEMANAL (1) (h)			RENDIMENTO POR HORA		
	Valor (R\$) (2)		Var. %	2000	2010	Var. %	Valor (R\$) (2)		Var. %
	2000	2010					2000	2010	
Mulheres									
Total	1 063	1 125	5,8	40	40	0,0	6,21	6,57	5,8
Até ensino superior incompleto	809	837	3,5	41	40	-2,4	4,61	4,89	6,0
Ensino superior completo	2 742	2 666	-2,8	37	38	2,7	17,31	16,39	-5,3
Homens									
Total	1 555	1 521	-2,2	47	44	-6,4	7,73	8,08	-4,5
Até ensino superior incompleto	1 319	1 237	-6,2	47	45	-4,3	6,56	6,42	-2,1
Ensino superior completo	4 168	3 935	-5,6	43	41	-4,7	22,65	22,42	-1,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

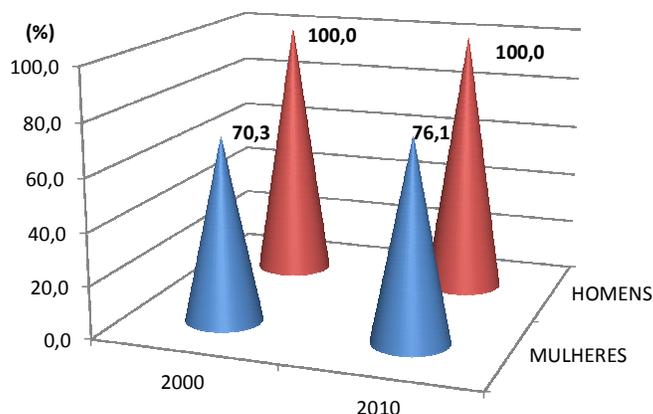
NOTA: Excluídos os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

(1) Excluídos os que não trabalharam na semana. (2) O inflator utilizado foi o IPC-IEPE-RS.

A posse do diploma universitário, que, inegavelmente, promove maiores ganhos e, por decorrência, maior poder aquisitivo para a população feminina, não garante maior equidade entre as remunerações de homens e mulheres. No último ano, o rendimento médio real por hora das ocupadas com escolaridade até superior incompleto equivalia a 76,1% dos valores auferidos pelos homens de mesmo nível de instrução, e, entre o segmento de ensino superior, os ganhos das mulheres, em média, alcançaram 73,1% dos masculinos.

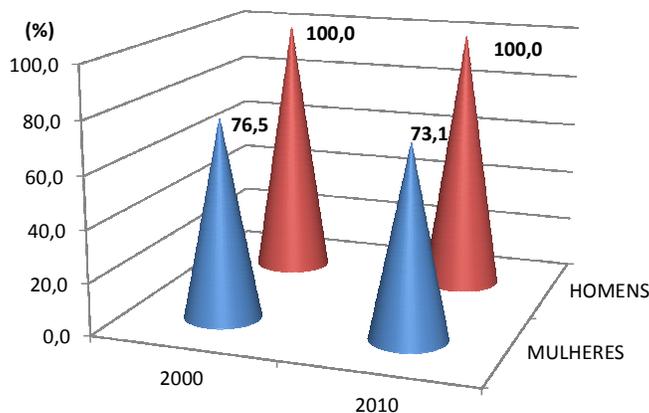
Em 10 anos, a elevação do rendimento médio real por hora das mulheres que tinham até o ensino superior incompleto, entre outras razões, impulsionada pela política de valorização do salário mínimo e pela a implantação do piso regional no Rio Grande do Sul, associada ao declínio dos ganhos dos ocupados e das ocupadas de ensino superior, provocou a redução dos diferenciais de remuneração por sexo na RMPA: em 2000 essas mulheres percebiam rendimentos equivalentes a 70,3% do rendimento masculino de mesmo nível educacional, proporção que se elevou para 76,1% em 2010 (Gráficos B e C).

Gráfico B
Proporção do rendimento médio real das mulheres com até ensino superior incompleto em relação ao rendimento masculino com o mesmo nível educacional, na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 e 2010



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE e DIEESE – Apoio MTE/FAT.
NOTA: Inflator utilizado: IPC-IEPE/RS.

Gráfico C
Proporção do rendimento médio real das mulheres com ensino superior completo em relação ao rendimento masculino com o mesmo nível educacional, na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 e 2010



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE e DIEESE – Apoio MTE/FAT.
NOTA: Inflator utilizado: IPC-IEPE/RS.

Convênio Regional
Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE
Prefeitura Municipal de Porto Alegre – PMPA

Apoio
Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Fundo do Amparo ao Trabalhador – FAT